

Instituto de Ciências da Educação – Universidade Federal do Pará
Revista Ver a Educação, Belém, n. 1, ano 2026

**Formação e desenvolvimento de acervos de gênero e sexualidade nas
bibliotecas para a justiça social**

**Collection Development and Management of Gender and Sexuality Resources
in Libraries for Social Justice**

**Formación y Desarrollo de Colecciones de Género y Sexualidad en las
Bibliotecas para la Justicia Social**

André Luiz Avelino da Silva¹

Leticia Pereira de Souza²

Resumo

O artigo discute a relação entre justiça social e Biblioteconomia, analisando como a formação e o desenvolvimento de coleções podem atuar no enfrentamento das desigualdades sociais nas bibliotecas brasileiras. Partindo de uma perspectiva crítica e decolonial, o texto evidencia que os acervos bibliográficos historicamente refletem critérios hegemônicos marcados pela colonialidade do saber, resultando na invisibilização de grupos socialmente marginalizados, em especial da população LGBTQIAPN+. O estudo destaca o papel ético e político das pessoas bibliotecárias na construção de coleções representativas, capazes de combater o epistemicídio, fortalecer identidades e reparar silenciamentos históricos. Conclui-se que acervos voltados a gênero e sexualidade reafirmam as bibliotecas como espaços de resistência, inclusão, equidade e promoção da justiça social e epistêmica.

Palavras-chave: justiça social; gênero e sexualidade; Biblioteconomia.

¹ Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-Brasil. Orcid: 0000-0002-0521-9517. E-mail: acadproduc@gmail.com.

² Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orcid: 0009-0002-6129-2337. E-mail: leticiasouza.rs@hotmail.com.

Introdução

A biblioteca, enquanto instituição social, ocupa um lugar estratégico na organização, preservação, circulação e democratização do conhecimento. Mais do que espaços destinados ao armazenamento de livros e documentos, as bibliotecas participam da construção simbólica da sociedade, pois selecionam, legitimam e disponibilizam determinados saberes, memórias e narrativas. Nesse sentido, pensar as bibliotecas brasileiras implica refletir não apenas sobre sua estrutura física ou administrativa, mas também sobre os princípios que orientam a constituição de seus acervos, os critérios que definem a seleção das obras e as ausências que historicamente marcaram esses espaços.

A justiça social, nesse contexto, apresenta-se como uma agenda urgente e necessária para a Biblioteconomia, uma vez que as práticas bibliotecárias não estão dissociadas das desigualdades sociais que estruturam a sociedade brasileira. Conforme Black (2022), discutir justiça social no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação exige reconhecer que o acesso à informação, a representatividade nos acervos e a valorização de diferentes experiências sociais são dimensões fundamentais para o enfrentamento de processos históricos de exclusão. Assim, a biblioteca pode tanto reproduzir silenciamentos quanto atuar na construção de práticas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com grupos socialmente marginalizados.

Nessa perspectiva, a formação e o desenvolvimento de coleções constituem práticas centrais para pensar a função social das bibliotecas. Ao definir critérios de seleção, aquisição, avaliação, desbastamento e descarte dos materiais que compõem um acervo, essas práticas não se limitam a procedimentos técnicos ou administrativos (Weitzel, 2006). Elas também expressam escolhas políticas, éticas e institucionais sobre quais conhecimentos serão preservados, quais grupos serão representados e quais narrativas terão possibilidade de circular entre os sujeitos que frequentam esses espaços. Desse modo, o desenvolvimento de coleções pode ser compreendido como um instrumento de intervenção social, capaz de contribuir para a promoção da equidade e para o enfrentamento de desigualdades historicamente naturalizadas.

Pensar o combate às desigualdades sociais no âmbito das bibliotecas significa reconhecer que determinados grupos tiveram suas experiências, memórias e produções intelectuais sistematicamente invisibilizadas. Povos indígenas, população negra, pessoas com deficiência, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente marginalizados enfrentam diferentes formas de exclusão, que se manifestam tanto no acesso desigual a direitos quanto na ausência de representação nos espaços de produção e circulação do conhecimento. Tais desigualdades não se restringem ao campo simbólico, mas se materializam em violências verbais, psicológicas, institucionais e físicas, que impactam diretamente a vida desses sujeitos.

No que se refere especificamente às pessoas LGBTQIAPN+, observa-se que aquelas que vivenciam identidades de gênero, expressões de gênero ou orientações sexuais dissidentes da norma social cisheteronormativa são frequentemente submetidas a diferentes formas de violência e discriminação. A LGBTIfobia atravessa a sociedade brasileira e pode se manifestar desde a infância, em espaços como a escola, até a vida adulta, em ambientes familiares, profissionais, religiosos, institucionais e culturais (Ventimiglia; Menezes, 2020). Essas violências não atingem apenas a integridade física dos sujeitos, mas também produzem silenciamentos, apagamentos e restrições ao direito de existir, pertencer, narrar a própria história e acessar informações que reconheçam suas experiências.

Diante desse cenário, torna-se necessário questionar: como as bibliotecas podem contribuir para o enfrentamento da LGBTIfobia e para a promoção da justiça social? Se os acervos bibliográficos são construídos a partir de escolhas, critérios e políticas institucionais, é fundamental que essas escolhas sejam orientadas por princípios de diversidade, inclusão, equidade e responsabilidade social. A presença de obras voltadas às questões de gênero e sexualidade, bem como de produções elaboradas por pessoas LGBTQIAPN+, pode favorecer processos de identificação, pertencimento, formação crítica e reconhecimento social. Além disso, tais acervos possibilitam que outros sujeitos tenham contato com narrativas, conhecimentos e experiências que tensionam preconceitos e ampliam a compreensão sobre a pluralidade da vida social.

A partir dessas reflexões, este trabalho tem como objetivo discutir a construção de um acervo voltado às questões de gênero e sexualidade em bibliotecas brasileiras, compreendendo esses espaços como lugares possíveis de enfrentamento às desigualdades sociais. Parte-se do entendimento de que as pessoas bibliotecárias possuem responsabilidade ética, profissional e política na constituição de acervos mais representativos, capazes de combater preconceitos, discriminações e silenciamentos relacionados ao gênero e à sexualidade no âmbito de sua atuação profissional.

Ademais, a temática nasce de inquietações que atravessam as próprias trajetórias das pessoas autoras enquanto pessoas LGBTQIAPN+, cujas vivências são marcadas, direta ou indiretamente, por experiências de silenciamento, exclusão e violência presentes nos mais variados espaços sociais. As discussões desenvolvidas durante as aulas da disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude* mobilizaram essas experiências e ampliaram a reflexão sobre as formas pelas quais tais violências se reproduzem também nos espaços institucionais e informacionais. Considerando que ambas as pessoas autoras são bibliotecárias, optou-se por desenvolver essa discussão a partir da perspectiva da Biblioteconomia, especialmente no que se refere à formação e ao desenvolvimento de coleções.

Experiência pessoal das pessoas autoras na disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude*

Antes de avançarmos na discussão sobre a formação e o desenvolvimento de acervos de gênero e sexualidade, consideramos pertinente situar a experiência formativa que mobilizou a escrita deste texto. A temática aqui desenvolvida não emerge apenas de uma inquietação teórica ou profissional, mas também de uma experiência vivida no âmbito da disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude* oferecida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), espaço no qual as pessoas autoras se conheceram e passaram a partilhar inquietações comuns enquanto pessoas LGBTQIAPN+, bibliotecárias e pesquisadoras comprometidas com a pauta da justiça social.

Nos conhecemos no segundo dia de aula da disciplina e, desde então, estabelecemos uma conexão atravessada por identificações pessoais, profissionais e políticas. O reconhecimento mútuo enquanto pessoas LGBTQIAPN+ e bibliotecárias possibilitou que percebêssemos a existência de preocupações compartilhadas em torno da invisibilização de determinados corpos, saberes e experiências nos espaços institucionais, educacionais e informacionais. Essa aproximação tornou-se fundamental para que pudêssemos pensar, coletivamente, sobre o lugar da Biblioteconomia no enfrentamento das desigualdades sociais e sobre o modo como os acervos podem reproduzir ou tensionar silenciamentos historicamente impostos à população LGBTQIAPN+.

Ao longo dos encontros, vivenciamos situações marcadas por trocas intensas de experiências, escutas e afetos, conduzidas com sensibilidade pelas pessoas docentes responsáveis pela disciplina. Compreendemos aquele espaço como algo distinto de uma aula convencional da pós-graduação, que, muitas vezes, pode estar marcada por rigidez, produtivismo e pela valorização de formas únicas de pensar, pesquisar e produzir conhecimento. A disciplina, ao contrário, constituiu-se como um espaço de abertura à vulnerabilidade, à escuta e à construção coletiva de sentidos, permitindo que experiências pessoais e coletivas fossem reconhecidas como elementos relevantes para pensar a ciência de forma humanizada.

Nesse contexto, a discussão sobre a decolonialidade do saber permeou nossos encontros. A disciplina nos possibilitou refletir sobre os limites do conhecimento acadêmico quando este se fecha em si mesmo e desconsidera saberes produzidos em outros territórios, corpos e experiências. As vivências realizadas fora dos espaços tradicionais da universidade, como na aldeia indígena Pira Rupá³

³ A Aldeia Tekoa Pira Rupá (também conhecida como Pira Rupa ou Terra Indígena Massiambu) é uma comunidade Guarani localizada no bairro Massiambu, município de Palhoça, Santa Catarina, às margens da rodovia BR-101 e próxima ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

e no quilombo Vidal Martins⁴, ampliaram nossa compreensão sobre os modos pelos quais o conhecimento pode ser produzido, compartilhado e preservado para além dos cânones acadêmicos. Esses encontros evidenciaram que a ciência, quando comprometida com a justiça social, precisa dialogar com outras epistemologias, reconhecendo saberes comunitários, ancestrais, territoriais e afetivos como fundamentais para a compreensão da realidade.

Diversos momentos da disciplina nos mobilizaram profundamente, mas uma dinâmica realizada por nosso grupo, denominado *Voaterrarmãestruar*, marcou de maneira particular a construção deste artigo. Nessa atividade, vendamos os olhos dos nossos e nossas colegas e reproduzimos, em som alto, manchetes de notícias relacionadas a violências contra mulheres, racismo, LGBTfobia e outras formas recentes de ataques direcionados a grupos socialmente marginalizados. Em seguida, pronunciamos em voz alta palavras associadas a essas violências, acompanhadas de sons incômodos e perturbadores, produzidos com panelas, objetos de metal, madeiras e outros materiais. A proposta era provocar uma experiência sensorial de desconforto, tensionando a forma como essas violências atravessam corpos, subjetividades e existências.

Embora não estivéssemos vendados, pois conduzámos a dinâmica junto ao nosso grupo, também fomos profundamente afetados por ela. Ao vocalizar essas palavras e produzir sons que simbolizavam a brutalidade das violências sociais, fomos confrontados com a intensidade de uma realidade que não nos é distante. Como pessoas LGBTQIAPN+, sabemos que tais violências não são abstrações teóricas nem acontecimentos isolados. Elas atravessam nossas trajetórias, nossas relações, nossos medos e nossos modos de ocupar o mundo. A dinâmica nos exigiu um tempo posterior de silêncio, respiração e elaboração, pois colocou em evidência aquilo que, muitas vezes, tentamos racionalizar academicamente, mas que permanece inscrito em nossos corpos e experiências.

Estamos imersas e imersos em uma realidade na qual pessoas LGBTQIAPN+ seguem sendo violentadas e mortas cotidianamente. Sabemos que nossos corpos podem ser transformados em estatísticas a qualquer momento, sobretudo em uma sociedade estruturada por normas cisheteronormativas, racistas, patriarcais e coloniais. No entanto, também ocupamos espaços como as bibliotecas, a universidade e a pós-graduação, lugares a partir dos quais buscamos construir possibilidades de transformação social. É justamente dessa tensão entre vulnerabilidade e resistência que nasce a reflexão proposta neste artigo.

Assim, a experiência na disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude* não apenas sensibilizou as pessoas autoras para a temática, mas também fortaleceu a compreensão de que a produção do

⁴ O Quilombo Vidal Martins é a primeira comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares em Florianópolis. Situado no bairro Rio Vermelho (Leste da Ilha), é formado por cerca de 30 famílias descendentes de Vidal Martins, homem escravizado nascido em 1845 na região.

conhecimento deve estar comprometida com a vida concreta dos sujeitos. Ao articular nossas vivências como pessoas LGBTQIAPN+ com nossa atuação profissional na Biblioteconomia, compreendemos que os acervos não são neutros e que as bibliotecas podem desempenhar papel fundamental na promoção da justiça social. A formação de coleções voltadas às questões de gênero e sexualidade, nesse sentido, apresenta-se como uma possibilidade de enfrentamento aos silenciamentos, de valorização de memórias e de construção de espaços informacionais mais acolhedores, críticos e plurais.

Formação e desenvolvimento de coleções

A formação e o desenvolvimento de coleções constituem processos essenciais para a construção, manutenção e atualização dos acervos das bibliotecas. Trata-se de uma atividade que exige planejamento, definição de critérios, conhecimento da comunidade atendida e compreensão dos objetivos institucionais da biblioteca. Mais do que reunir materiais informacionais, desenvolver coleções implica tomar decisões sobre quais obras serão incorporadas ao acervo, quais permanecerão disponíveis, quais serão substituídas e quais conhecimentos serão priorizados em determinado espaço informacional. Nesse sentido, o acervo não pode ser compreendido como um conjunto neutro de itens, mas como resultado de escolhas técnicas, sociais, culturais, políticas e éticas.

Vergueiro (1989) afirma que a formação e o desenvolvimento de coleções têm como finalidade satisfazer as demandas informacionais de uma comunidade. Para o autor, o conjunto de itens reunidos em uma biblioteca deve atender às necessidades das pessoas usuárias que frequentam esse espaço. Essa compreensão evidencia que o desenvolvimento de coleções não deve ser realizado de maneira abstrata ou desvinculada da realidade social na qual a biblioteca está inserida. Mas sim, partir do reconhecimento da comunidade, de suas características, de suas necessidades, de suas ausências informacionais e das desigualdades que atravessam seus sujeitos.

Nesse processo, Vergueiro (1989) apresenta seis etapas fundamentais para a formação e o desenvolvimento de coleções: estudo ou análise de comunidade, seleção, aquisição, desbastamento, avaliação e preservação. A primeira etapa, referente ao estudo ou análise de comunidade, consiste em compreender o perfil das pessoas que utilizam ou podem vir a utilizar a biblioteca, considerando seus interesses, demandas, características sociais, culturais, educacionais e informacionais. Essa etapa é fundamental, pois permite que a biblioteca conheça não apenas o público que já frequenta seus espaços, mas também aqueles grupos que, por diferentes razões, encontram-se afastados, invisibilizados ou não contemplados pelo acervo existente.

A etapa de seleção envolve a definição de critérios para escolha dos materiais que irão compor a coleção. Nela são estabelecidos parâmetros relacionados à relevância, atualidade, qualidade, adequação ao público, diversidade temática e coerência com os objetivos da instituição. Quando pensada a partir da justiça social, a seleção também precisa considerar a representatividade de diferentes grupos sociais, a pluralidade de perspectivas e a presença de obras que historicamente foram negligenciadas pelos processos tradicionais de constituição dos acervos. Assim, selecionar não é apenas escolher livros, mas decidir quais vozes, experiências e conhecimentos terão espaço de circulação na biblioteca.

A aquisição, por sua vez, refere-se aos meios pelos quais os materiais selecionados serão incorporados ao acervo, seja por compra, doação ou permuta. Essa etapa envolve decisões administrativas e orçamentárias, mas também demanda atenção aos critérios éticos e institucionais que orientam a entrada de novos materiais na biblioteca. Em acervos comprometidos com diversidade, gênero e sexualidade, a aquisição deve buscar contemplar produções de autoria LGBTQIAPN+, obras sobre história, memória, direitos humanos, literatura, educação, saúde, cultura e movimentos sociais, bem como materiais que possibilitem ampliar a compreensão crítica sobre as vivências dessa população.

O desbastamento e o descarte correspondem às etapas de revisão da coleção, nas quais são avaliados materiais que podem ser realocados, restaurados, substituídos ou retirados do acervo. Embora muitas vezes sejam compreendidos apenas como procedimentos técnicos, esses processos também precisam ser analisados com cautela. A retirada de obras pode produzir apagamentos, especialmente quando envolve temáticas historicamente marginalizadas. Por isso, ao tratar de acervos voltados às questões de gênero e sexualidade, é necessário diferenciar materiais desatualizados ou discriminatórios daqueles que possuem valor histórico, documental, político ou memorialístico para a compreensão das lutas LGBTQIAPN+.

A avaliação da coleção consiste em verificar se o acervo atende aos objetivos da biblioteca e às necessidades da comunidade. Essa etapa permite identificar lacunas, excessos, ausências e possibilidades de ampliação. Em uma perspectiva comprometida com a justiça social, avaliar uma coleção significa também perguntar quais grupos estão representados, quais permanecem invisíveis, quais temas são abordados de maneira crítica e quais são tratados de forma superficial ou estigmatizante. Desse modo, a avaliação não deve se limitar a indicadores quantitativos, como número de empréstimos ou circulação de materiais, mas precisa considerar dimensões qualitativas relacionadas à inclusão, pertencimento e diversidade informacional.

A preservação, última etapa apresentada por Vergueiro (1989), diz respeito às estratégias adotadas para garantir a permanência e conservação de determinados materiais. Essa etapa é

especialmente relevante quando se trata de acervos relacionados a grupos socialmente marginalizados, uma vez que suas memórias, produções e registros muitas vezes foram apagados, desvalorizados ou excluídos das instituições formais de conhecimento. Preservar obras sobre gênero e sexualidade, nesse sentido, é também preservar histórias, trajetórias, lutas, afetos e resistências da população LGBTQIAPN+.

Weitzel (2006) amplia essa discussão ao destacar a importância das políticas de aquisição, avaliação, desbastamento e descarte. Para a autora, a política está relacionada às instruções, diretrizes e orientações que organizam a realização das atividades, enquanto o processo diz respeito às ações efetivamente executadas. Essa distinção é importante porque evidencia que o desenvolvimento de coleções não pode depender apenas de decisões isoladas ou subjetivas das pessoas bibliotecárias. É necessário que haja documentos institucionais que orientem a prática profissional, estabeleçam critérios transparentes e garantam continuidade às ações, mesmo diante de mudanças de gestão, equipe ou conjuntura política.

Dessa forma, cada biblioteca construirá sua política de formação e desenvolvimento de coleções considerando suas especificidades, seu público, sua missão institucional, seus recursos disponíveis e sua inserção social. Bibliotecas públicas, escolares, universitárias, comunitárias e especializadas apresentam demandas distintas e, por isso, podem adotar políticas mais rígidas ou mais flexíveis, conforme sua realidade. Entretanto, independentemente da tipologia, todas as bibliotecas estão inseridas em contextos sociais marcados por desigualdades e, portanto, precisam refletir sobre o papel de seus acervos na promoção do acesso democrático à informação.

No caso das bibliotecas públicas, essa responsabilidade se torna ainda mais evidente, pois são espaços voltados ao atendimento de públicos diversos, com diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, pertencimentos sociais, raciais, culturais, religiosos, de gênero e sexualidade. Já nas bibliotecas escolares, o desenvolvimento de coleções pode contribuir para a formação cidadã, para o respeito às diferenças e para o enfrentamento de preconceitos desde a infância e adolescência. Nas bibliotecas universitárias, por sua vez, a presença de acervos voltados às questões de gênero e sexualidade pode fortalecer a pesquisa, o ensino, a extensão e a produção de conhecimento crítico. Assim, cada tipologia pode assumir, a seu modo, o compromisso com coleções mais plurais e socialmente responsáveis.

Andrade e Vergueiro (1996), ao discutirem a ética profissional das pessoas bibliotecárias no processo de aquisição, chamam atenção para a necessidade de critérios objetivos, transparência e responsabilidade nas decisões relacionadas à compra e incorporação de materiais. Os autores abordam questões como corrupção, favorecimento de fornecedores, descontos e interesses particulares, ressaltando a importância de uma postura ética diante dos processos de aquisição. Embora essa

discussão esteja voltada principalmente aos aspectos administrativos e profissionais da aquisição, ela permite ampliar a reflexão sobre outras dimensões éticas envolvidas no desenvolvimento de coleções.

Nesse sentido, é possível compreender que a ética profissional não se restringe à lisura dos processos de compra ou à objetividade na escolha de materiais. Ela também envolve o compromisso com o acesso à informação, com a diversidade de perspectivas, com a inclusão de grupos historicamente marginalizados e com o enfrentamento de práticas que reproduzem silenciamentos. Quando uma biblioteca deixa de incorporar obras sobre populações LGBTQIAPN+, povos indígenas, população negra, pessoas com deficiência ou outros grupos socialmente vulnerabilizados, ela não apenas apresenta uma lacuna temática em seu acervo, mas também pode reforçar processos históricos de exclusão informacional.

Assim, ainda que Andrade e Vergueiro (1996) não tratem especificamente da aquisição de materiais voltados a grupos socialmente marginalizados, suas reflexões sobre ética profissional permitem pensar a responsabilidade das pessoas bibliotecárias na construção de acervos comprometidos com a justiça social. A aquisição de obras sobre gênero e sexualidade deve seguir critérios consistentes, transparentes e tecnicamente fundamentados, mas também precisa estar orientada por princípios de equidade, representatividade e reparação histórica. Trata-se de reconhecer que a ausência de determinadas obras nas bibliotecas não é neutra, pois interfere na forma como sujeitos e grupos sociais se veem, são reconhecidos e têm suas experiências legitimadas.

Portanto, a formação e o desenvolvimento de coleções devem ser compreendidos como práticas técnicas, mas também como práticas éticas e políticas. Técnicas, porque exigem métodos, critérios, planejamento e avaliação; éticas, porque envolvem responsabilidade profissional, transparência e compromisso com o acesso à informação; e políticas, porque participam da disputa sobre quais conhecimentos serão preservados, difundidos e reconhecidos socialmente. Ao considerar essas dimensões, torna-se possível pensar a construção de acervos de gênero e sexualidade não como uma ação complementar ou secundária, mas como parte fundamental de uma Biblioteconomia comprometida com a justiça social, com a pluralidade epistêmica e com a construção de espaços informacionais mais inclusivos.

Gênero e sexualidade em pauta: pessoas LGBTQIAPN+

As pessoas que vivenciam identidades de gênero, expressões de gênero e orientações sexuais dissidentes da norma social cisheteronormativa são frequentemente expostas a diferentes formas de violência na sociedade brasileira. Essas violências podem ser simbólicas, verbais, psicológicas,

institucionais e físicas, manifestando-se em práticas de exclusão, silenciamento, discriminação, agressão e apagamento das existências LGBTQIAPN+. A LGBTIfobia, nesse sentido, não deve ser compreendida apenas como atitude individual de preconceito, mas como uma estrutura social que atravessa instituições, discursos, relações familiares, espaços educacionais, ambientes de trabalho, serviços públicos, bem como espaços culturais e informacionais.

A heteronormatividade e a cisgeneridade compulsória produzem padrões que definem quais corpos, afetos, identidades e modos de existência são socialmente legitimados. Tudo aquilo que escapa a essa norma tende a ser tratado como desvio, ameaça ou inadequação, resultando em formas variadas de controle e violência. Assim, pessoas LGBTQIAPN+ não são violentadas apenas por quem são, mas também por desafiar uma ordem social que historicamente privilegia a cisgeneridade, a heterossexualidade, o patriarcado e determinados modelos de família, corpo e comportamento.

Essas violências podem iniciar ainda no período escolar, quando crianças e adolescentes que apresentam expressões de gênero ou sexualidade consideradas dissidentes passam a ser alvo de insultos, humilhações, isolamento, ameaças e agressões. A escola, que deveria se constituir como espaço de formação cidadã, acolhimento e desenvolvimento humano, muitas vezes reproduz normas sociais excludentes e se torna ambiente de sofrimento para sujeitos LGBTQIAPN+ ou para aqueles que são percebidos como pertencentes a esse grupo. Ventimiglia e Menezes (2020) destacam que a LGBTIfobia no espaço escolar compromete a permanência, a aprendizagem, a sociabilidade e a construção subjetiva de estudantes que vivenciam ou expressam diferenças em relação à norma hegemônica.

Essa problemática, entretanto, não se restringe à infância ou à adolescência. Na vida adulta, pessoas LGBTQIAPN+ continuam sendo atravessadas por violências em diferentes dimensões da vida social, como no acesso ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, à segurança e ao reconhecimento de seus direitos. A perseguição motivada por orientação sexual, identidade ou expressão de gênero dificulta trajetórias pessoais e profissionais, restringe possibilidades de pertencimento e, em casos extremos, interrompe vidas (Schmitz, 2025). Desse modo, a LGBTIfobia deve ser compreendida como um fenômeno persistente, estrutural e multidimensional, que acompanha sujeitos LGBTQIAPN+ em diferentes fases da vida.

É necessário destacar, contudo, que a população LGBTQIAPN+ não constitui um grupo homogêneo. Embora existam experiências compartilhadas de preconceito, exclusão e resistência, os efeitos da LGBTIfobia são intensificados quando se articulam a outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe social, território, deficiência, geração, escolaridade e identidade de gênero. Pessoas LGBTQIAPN+ negras, indígenas, periféricas, pobres, com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social podem enfrentar formas ainda mais intensas de violência, pois são atravessadas simultaneamente por diferentes sistemas de opressão. Nesse sentido, a análise interseccional permite

compreender que as desigualdades não atuam de maneira isolada, mas se combinam e produzem experiências específicas de marginalização (Akotirene, 2020).

No interior da própria sigla LGBTQIAPN+, a população trans encontra-se entre os grupos mais vulnerabilizados. Travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas transmasculinas enfrentam obstáculos recorrentes no acesso à educação, ao mercado de trabalho, aos serviços de saúde, à documentação, à segurança e ao reconhecimento social de suas identidades. O dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que, em 2024, foram registradas 122 mortes de pessoas trans no Brasil, evidenciando a permanência de um cenário marcado por extrema violência contra essa população (Benevides, 2025). Esses dados revelam não apenas a brutalidade da transfobia, mas também a urgência de políticas, práticas e instituições comprometidas com a defesa da vida e da dignidade das pessoas trans.

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ também se relaciona à produção de ausências. Não se trata apenas da violência que atinge diretamente os corpos, mas também daquela que impede sujeitos de se reconhecerem nas narrativas sociais, nos currículos escolares, nos acervos bibliográficos, nas políticas públicas e nos espaços de memória. Quando as experiências LGBTQIAPN+ não aparecem nas bibliotecas, nos livros, nas atividades educativas ou nas práticas culturais, produz-se uma forma de apagamento simbólico que comunica a esses sujeitos que suas histórias não importam ou não são dignas de preservação. Essa ausência contribui para a manutenção do preconceito, pois restringe o acesso da sociedade a conhecimentos capazes de tensionar estereótipos, ampliar repertórios e promover respeito às diferenças.

Nesse contexto, as bibliotecas podem desempenhar um papel relevante no enfrentamento das desigualdades que atingem a população LGBTQIAPN+. Ao constituírem acervos diversos, representativos e comprometidos com a justiça social, esses espaços podem contribuir para a circulação de informações, memórias e narrativas historicamente silenciadas. A presença de materiais sobre gênero, sexualidade, direitos humanos, movimentos sociais, literatura LGBTQIAPN+, biografias, produções acadêmicas e relatos de experiência pode favorecer processos de reconhecimento, pertencimento e formação crítica, tanto para pessoas LGBTQIAPN+ quanto para demais sujeitos da comunidade.

Dessa forma, a formação e o desenvolvimento de acervos voltados às questões de gênero e sexualidade não devem ser compreendidos como ações pontuais ou secundárias, mas como práticas fundamentais para a construção de bibliotecas socialmente responsáveis. Ao disponibilizar obras que abordam as vivências LGBTQIAPN+ de modo plural, crítico e interseccional, as bibliotecas podem atuar na contramão da LGBTIfobia, contribuindo para a educação, a sensibilização e a transformação das relações sociais. Trata-se de reconhecer que o acesso à informação também é uma dimensão da

justiça social, pois possibilita que sujeitos historicamente marginalizados encontrem referências sobre si mesmos e que a sociedade amplie sua compreensão sobre a diversidade humana.

Diante do exposto, o combate às desigualdades que atingem pessoas LGBTQIAPN+ exige esforços coletivos, institucionais e profissionais. No campo da Biblioteconomia, esse compromisso passa pela revisão das políticas de formação e desenvolvimento de coleções, pela ampliação de acervos representativos, pela mediação de leitura, pela promoção de ações culturais e pela construção de espaços informacionais acolhedores. Assim, as bibliotecas podem se constituir como territórios de resistência, reconhecimento e reparação simbólica, contribuindo para o enfrentamento das injustiças sociais e para a afirmação da dignidade das pessoas LGBTQIAPN+.

Acervo de gênero e sexualidade em bibliotecas

O desenvolvimento de um acervo bibliográfico sobre gênero e sexualidade deve estar pautado em princípios de justiça social, equidade, representatividade e acesso democrático à informação. Grupos socialmente marginalizados foram historicamente invisibilizados nos espaços de produção, organização e circulação do conhecimento, o que resultou em lacunas significativas nos acervos das bibliotecas. Essas ausências não dizem respeito apenas à falta de determinados livros nas estantes, mas à negação de histórias, memórias, epistemologias, afetos e experiências que compõem a vida social. Quando uma biblioteca não contempla produções relacionadas às vivências LGBTQIAPN+, contribui, ainda que de modo não intencional, para a manutenção de silenciamentos que atravessam essa população.

Nesse sentido, pensar acervos de gênero e sexualidade significa compreender que a representatividade informacional é também uma dimensão do pertencimento. Para pessoas LGBTQIAPN+, encontrar nas bibliotecas obras que abordem suas histórias, identidades, lutas, produções intelectuais, experiências afetivas e expressões culturais pode constituir uma forma de reconhecimento. A presença desses materiais sinaliza que tais vidas são legítimas, que suas narrativas importam e que suas memórias devem ser preservadas. Por outro lado, a ausência sistemática dessas obras reforça a ideia de que determinados corpos e saberes não pertencem aos espaços institucionais de conhecimento.

Assumpção (2018), ao discutir o acesso à informação e a inclusão de gênero, chama atenção para o fato de que os espaços das bibliotecas podem excluir pessoas trans. A proposta de construção de uma biblioteca voltada ao atendimento de travestis, transexuais e transgêneros em situação de risco, apresentada pelo autor, evidencia que a exclusão informacional não ocorre apenas pela inexistência de materiais específicos, mas também pela ausência de acolhimento, reconhecimento e políticas

institucionais voltadas a esses sujeitos. Assim, a biblioteca, que deveria ser espaço de acesso, cidadania e democratização do conhecimento, pode também se tornar um ambiente de afastamento quando não reconhece a diversidade de sua comunidade.

A partir dessa perspectiva, a elaboração de políticas de formação e desenvolvimento de coleções precisa incorporar critérios que contemplem gênero, sexualidade, diversidade e direitos humanos. A criação de uma coleção voltada a essas temáticas não deve ser compreendida como uma ação isolada ou meramente comemorativa, mas como parte de uma política institucional comprometida com o enfrentamento das desigualdades. Para isso, é necessário que as bibliotecas avaliem suas lacunas, identifiquem ausências no acervo, escutem a comunidade atendida e estabeleçam critérios transparentes para seleção, aquisição, preservação e mediação de materiais relacionados às vivências LGBTQIAPN+.

Entre os critérios possíveis para a constituição de acervos de gênero e sexualidade, destacam-se a inclusão de obras produzidas por pessoas LGBTQIAPN+, materiais sobre história e memória dos movimentos sociais, literatura com personagens e narrativas LGBTQIAPN+, estudos acadêmicos sobre gênero, sexualidade e direitos humanos, biografias, relatos de experiência, obras voltadas à educação para diversidade e materiais que abordem saúde, cidadania, legislação e enfrentamento à violência. Também é fundamental que esses acervos contemplem a pluralidade existente dentro da própria população LGBTQIAPN+, considerando recortes de raça, classe, território, deficiência, geração e identidade de gênero. Dessa forma, evita-se a construção de uma coleção homogênea, centrada em experiências únicas, e amplia-se a possibilidade de representação de diferentes sujeitos.

O desenvolvimento de uma coleção de gênero e sexualidade relaciona-se diretamente aos valores éticos e ao compromisso social da instituição. Bibliotecas comprometidas com equidade, inclusão e representatividade assumem que o acesso à informação não pode ser separado da luta contra desigualdades históricas. Nesse sentido, Andrade, Silva e Alves (2023) contribuem para pensar o gesto bibliográfico LGBTQIA+ como prática anti-epistemicida, uma vez que a incorporação de vozes, narrativas e produções LGBTQIAPN+ nos acervos atua contra o apagamento de saberes marginalizados. Ao selecionar, preservar e disponibilizar esses materiais, a biblioteca contribui para que diferentes sujeitos possam acessar conhecimentos capazes de produzir reconhecimento, reflexão crítica e transformação social.

Há, no contexto brasileiro, experiências que sinalizam a importância da institucionalização de acervos voltados à população LGBTQIAPN+. Um exemplo é o Acervo LGBTQ+ Cintura Fina, vinculado à Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. O acervo homenageia uma personalidade importante do cenário LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte e tem como objetivo preservar, difundir e promover conhecimentos, memórias e produções relacionadas a essa população.

A institucionalização desse tipo de acervo representa um avanço significativo, pois reconhece que as memórias LGBTQIAPN+ fazem parte da história social e cultural brasileira e precisam ser protegidas, organizadas e disponibilizadas ao público.

A experiência do Acervo LGBT+ Cintura Fina demonstra que a criação de coleções específicas não significa segmentar ou isolar determinados grupos, mas reconhecer a necessidade de reparar ausências históricas. Ao reunir materiais voltados à população LGBTQIAPN+, a biblioteca contribui para a preservação de memórias coletivas, para o fortalecimento de identidades e para a ampliação do acesso a informações que, muitas vezes, foram negligenciadas por instituições tradicionais. Além disso, esse tipo de iniciativa pode inspirar outras bibliotecas brasileiras, de diferentes tipologias, a desenvolverem ações semelhantes, respeitando suas realidades locais e as demandas de suas comunidades.

Nas bibliotecas escolares, acervos de gênero e sexualidade podem assumir função pedagógica fundamental. Considerando que a LGBTIfobia também se manifesta no espaço escolar, como apontam Ventimiglia e Menezes (2020), a presença de materiais que abordem diversidade, respeito às diferenças, direitos humanos e enfrentamento ao preconceito pode contribuir para a formação cidadã de crianças, adolescentes, docentes e demais integrantes da comunidade escolar. Esses materiais podem ser utilizados em rodas de leitura, projetos interdisciplinares, atividades de mediação, formação de professores, semanas temáticas, campanhas educativas e ações voltadas à construção de uma cultura escolar mais acolhedora.

Entretanto, é necessário reconhecer que a biblioteca escolar também é um campo em disputa. Em muitos contextos, discussões sobre gênero e sexualidade são alvo de censura, resistência ou desinformação, o que dificulta a construção de acervos e práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade. Por isso, a atuação bibliotecária nesse espaço exige preparo técnico, respaldo institucional e articulação com projetos pedagógicos que compreendam a educação como prática de formação humana e cidadã. Trabalhar com acervos de gênero e sexualidade na escola não significa impor identidades ou comportamentos, mas garantir que estudantes tenham acesso a informações qualificadas, plurais e respeitadas sobre a diversidade que constitui a sociedade.

No caso das bibliotecas públicas, a criação de acervos de gênero e sexualidade também se mostra urgente. Por serem espaços destinados ao atendimento de diferentes públicos, as bibliotecas públicas têm papel estratégico na democratização do acesso à informação e na promoção da cidadania. Assumpção (2018) evidencia que pessoas trans podem não se sentir acolhidas nesses espaços, o que revela a necessidade de pensar não apenas a composição dos acervos, mas também as práticas de atendimento, mediação e acolhimento. A presença de coleções LGBTQIAPN+ pode contribuir para que a biblioteca pública se afirme como espaço de pertencimento, escuta e reconhecimento para sujeitos historicamente marginalizados.

Além da constituição dos acervos, é fundamental que as bibliotecas promovam ações de mediação cultural e informacional. Coleções de gênero e sexualidade não devem permanecer invisíveis nas estantes, mas precisam ser ativadas por meio de práticas que aproximem os materiais da comunidade. Entre as possibilidades, destacam-se exposições temáticas, clubes de leitura, rodas de conversa, mostras bibliográficas, campanhas contra a LGBTIfobia, produção de guias de leitura, atividades no mês do orgulho LGBTQIAPN+, ações no Dia Internacional de Combate à LGBTIfobia e debates com pesquisadoras, pesquisadores, artistas, coletivos e movimentos sociais. Essas ações ampliam o alcance do acervo e transformam a biblioteca em espaço de diálogo e sensibilização.

A construção de parcerias também pode fortalecer essas iniciativas. Bibliotecas podem atuar em articulação com escolas, universidades, coletivos LGBTQIAPN+, centros de referência em direitos humanos, núcleos de diversidade, secretarias de educação, serviços de assistência social, unidades de saúde, movimentos sociais e projetos de extensão universitária. Essas parcerias possibilitam ampliar o repertório das ações, qualificar a seleção dos materiais, aproximar a biblioteca das demandas concretas da comunidade e construir práticas mais efetivas de enfrentamento às violências. Além disso, favorecem a circulação de saberes produzidos fora dos espaços acadêmicos tradicionais, valorizando experiências comunitárias, militantes e territoriais.

Outro aspecto relevante é a necessidade de formação continuada das equipes que atuam nas bibliotecas. Não basta incorporar obras sobre gênero e sexualidade ao acervo se as pessoas responsáveis pela mediação, organização e atendimento não estiverem preparadas para lidar com essas temáticas de maneira ética, respeitosa e informada. Ações formativas sobre diversidade, linguagem inclusiva, nome social, atendimento a pessoas trans, enfrentamento à LGBTIfobia e mediação de conflitos podem contribuir para que a biblioteca seja, de fato, um espaço acolhedor. A política de desenvolvimento de coleções, portanto, deve estar articulada a uma política mais ampla de inclusão institucional.

Pensar coleções de gênero e sexualidade é, por fim, fomentar o debate sobre o preconceito e a discriminação presentes na estrutura da sociedade e nas instituições culturais e informacionais. A construção desses acervos representa uma das formas pelas quais a Biblioteconomia pode atuar na contramão da LGBTIfobia, das desigualdades sociais, das vulnerabilidades e das violências que afetam a vida de pessoas LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro. Trata-se de compreender que a biblioteca não é apenas um espaço de guarda do conhecimento, mas também um território de disputa simbólica, de produção de pertencimento e de promoção da justiça social e epistêmica. Ao reconhecer, preservar e difundir narrativas LGBTQIAPN+, as bibliotecas contribuem para a reparação de silenciamentos

históricos, para a formação de sujeitos críticos e para a construção de espaços sociais mais justos, plurais e acolhedores.

Justiça social nas bibliotecas

Conforme discutido anteriormente, a importância de estabelecer acervos voltados às questões de gênero e sexualidade está diretamente relacionada à urgência de defendermos as bibliotecas como espaços comprometidos com a justiça social. A constituição de coleções LGBTQIAPN+ não se limita à inclusão de uma temática específica no acervo, mas representa uma tomada de posição ética, política e profissional diante de desigualdades históricas que atravessam a sociedade brasileira. Dessa forma, formar coleções mais diversas significa reconhecer que o acesso à informação é também uma dimensão da cidadania, da dignidade e do direito à memória.

Mehra (2015) compreende a justiça social como um modelo crítico voltado à promoção da equidade, ao reconhecimento das desigualdades estruturais e à transformação de práticas e relações sociais que marginalizam grupos específicos. Essa concepção articula-se diretamente à Biblioteconomia, uma vez que as bibliotecas podem oferecer serviços, coleções, mediações e práticas informacionais capazes de responder às necessidades de populações historicamente marginalizadas. Desse modo, a justiça social, no campo bibliotecário, não se restringe à ampliação genérica do acesso à informação, mas envolve o compromisso com a construção de sistemas informacionais mais equitativos, significativos e socialmente transformadores.

Ao compreendermos a biblioteca como instituição social, torna-se necessário reconhecer que suas práticas não são neutras. A seleção de obras, a organização dos acervos, a escolha de temas para ações culturais, a mediação da leitura e a preservação de determinados documentos expressam decisões que podem ampliar ou restringir a circulação de saberes. Enquanto pessoas bibliotecárias, precisamos considerar que nossas escolhas podem dar visibilidade a certos conhecimentos e, ao mesmo tempo, contribuir para o silenciamento de outros. Essa percepção é fundamental para pensar a formação e o desenvolvimento de coleções como práticas atravessadas por responsabilidade ética e compromisso social.

As desigualdades estruturais que permeiam o tecido social também se manifestam nas Instituições de Ensino Superior, nas escolas, nas bibliotecas e em outros espaços de produção e circulação do conhecimento. Em muitos casos, os critérios historicamente utilizados para legitimar saberes estiveram alinhados a uma lógica hegemônica, branca, cisheteronormativa, eurocentrada e colonial. Essa lógica produziu ausências, excluindo ou reduzindo a presença de conhecimentos elaborados por sujeitos e comunidades que não se enquadravam nos modelos dominantes de

produção intelectual. Essa prática aproxima-se do que Grada Kilomba (2020) denomina como princípio da ausência, isto é, tornar ausente um conhecimento que existe, mas que é sistematicamente invisibilizados por não corresponder às normas hegemônicas de validação.

No âmbito das bibliotecas, o princípio da ausência pode ser percebido quando determinados grupos não encontram suas histórias, produções, memórias e experiências representadas nos acervos. A ausência de obras produzidas por pessoas LGBTQIAPN+, de materiais sobre gênero e sexualidade, de narrativas trans, negras, indígenas, periféricas ou dissidentes não é apenas uma lacuna bibliográfica. Trata-se de uma forma de apagamento simbólico que interfere no modo como os sujeitos se reconhecem, pertencem e acessam possibilidades de compreensão sobre si mesmos e sobre o mundo. Assim, a ausência também comunica, pois indica quais vidas foram consideradas dignas de registro, preservação e circulação.

Para compreender a origem desses silenciamentos, é necessário relacioná-los aos processos históricos do colonialismo e da colonialidade. O colonialismo envolveu o domínio territorial, a exploração do trabalho, a apropriação de recursos e a imposição violenta dos valores, das línguas, das crenças e dos modos de pensar dos colonizadores sobre os povos colonizados. Como apontam Oliveira e Lucini (2021), esse processo não se limitou à subjugação material, mas também produziu hierarquias culturais e epistêmicas que sustentaram a dominação. Desse modo, a colonização operou tanto sobre os corpos e territórios quanto sobre os modos de produzir, transmitir e validar conhecimentos.

Esse processo implicou a imposição de narrativas e critérios que definiram quais saberes seriam reconhecidos como legítimos e quais seriam desautorizados, inferiorizados ou destruídos. Boaventura de Sousa Santos (1998) denomina esse fenômeno como epistemicídio, isto é, o processo político-cultural por meio do qual se mata ou se destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como forma de manter ou aprofundar sua subordinação. Ao longo da expansão colonial, o epistemicídio esteve associado à tentativa de eliminação de conhecimentos indígenas, africanos, populares, comunitários e dissidentes, substituídos por referenciais apresentados como universais, superiores e neutros.

Dessa forma, os colonizadores europeus não apenas exploraram territórios e populações, mas também impuseram seus próprios referenciais de mundo como medida de verdade. Ao destruir, silenciar ou desautorizar outras epistemologias, instituíram uma hierarquia do conhecimento que atravessa a modernidade e permanece presente em diferentes instituições. Essa hierarquia define quais saberes são reconhecidos como científicos, quais sujeitos são autorizados a falar, quais experiências são consideradas relevantes e quais narrativas são tratadas como secundárias ou inexistentes. No

campo da Biblioteconomia, essa reflexão é fundamental, pois os acervos também participam da organização social do conhecimento.

As marcas deixadas pelo colonialismo permanecem por meio da colonialidade. A colonialidade evidencia a continuidade de padrões de poder, dominação, exploração e hierarquização estabelecidos durante o período colonial, mas que seguem estruturando as dimensões sociais, econômicas, culturais, políticas e epistêmicas dos países colonizados. Elaborado por Aníbal Quijano, o conceito permite compreender que a colonização não terminou com o fim formal dos regimes coloniais, pois seus modos de classificar corpos, saberes, culturas e existências continuam operando nas instituições e nas relações sociais. Conforme Oliveira e Lucini (2021), a colonialidade manifesta-se nos modos de agir, pensar e falar, legitimando desigualdades e naturalizando hierarquias.

Entre suas dimensões, a colonialidade do saber é especialmente relevante para a discussão proposta neste artigo. Lander (2005) aponta que a colonialidade do saber se expressa na subalternização de formas de conhecimento que não se enquadram no modelo ocidental hegemônico, restringindo seu reconhecimento, sua circulação e seu desenvolvimento. Nesse sentido, saberes produzidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações negras, pessoas LGBTQIAPN+, movimentos sociais e outros grupos historicamente marginalizados foram frequentemente desconsiderados, exotizados ou tratados como inferiores em relação ao conhecimento acadêmico institucionalizado.

A experiência vivenciada na disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude* contribuiu para aprofundar essa compreensão. Ao possibilitar o contato com saberes produzidos para além dos espaços convencionais da universidade, como nas vivências realizadas na aldeia Pira Rupá e no quilombo Vidal Martins, a disciplina tensionou a ideia de que o conhecimento válido se restringe ao ambiente acadêmico formal. Esses encontros evidenciaram que a produção de conhecimento também ocorre nos territórios, nas experiências comunitárias, nas práticas ancestrais, nas memórias coletivas e nas formas de resistência construídas por sujeitos historicamente silenciados.

Essa dimensão formativa dialoga diretamente com a proposta deste artigo. Como pessoas LGBTQIAPN+ e bibliotecárias, fomos mobilizadas a refletir sobre os modos pelos quais a colonialidade do saber também atravessa as bibliotecas e seus acervos. Se determinados conhecimentos são historicamente deslegitimados por não corresponderem aos modelos hegemônicos, cabe perguntar quais responsabilidades recaem sobre as instituições que organizam, preservam e disponibilizam a informação. Nesse sentido, as bibliotecas podem tanto reforçar ausências quanto atuar na reparação de silenciamentos, a depender das escolhas que orientam suas políticas, seus acervos e suas práticas de mediação.

A função social do conhecimento torna-se, portanto, um elemento central para pensar a justiça social nas bibliotecas. O conhecimento não deve ser compreendido apenas como conteúdo a ser

armazenado, classificado e disponibilizado, mas como instrumento capaz de formar sujeitos, ampliar repertórios, produzir consciência crítica e transformar relações sociais. Quando uma biblioteca incorpora obras sobre gênero, sexualidade, raça, classe, deficiência, direitos humanos e outras questões sociais, ela contribui para que diferentes grupos possam acessar narrativas que os reconhecem e para que a comunidade amplie sua compreensão sobre a pluralidade das experiências humanas.

Nesse contexto, acervos de gênero e sexualidade podem atuar como práticas de resistência e reparação epistêmica. Resistência, porque tensionam a lógica cisheteronormativa que historicamente definiu quais corpos, afetos e identidades poderiam ocupar os espaços de legitimidade. Reparação, porque buscam enfrentar ausências produzidas por processos históricos de silenciamento, exclusão e epistemicídio. Ao preservar e difundir produções LGBTQIAPN+, as bibliotecas contribuem para que essas experiências não sejam apagadas, mas reconhecidas como parte fundamental da memória social, cultural, política e informacional.

Essa perspectiva também amplia o papel da pessoa bibliotecária. A atuação profissional não se limita à gestão técnica de acervos, mas envolve escolhas que possuem implicações sociais. Selecionar, adquirir, preservar e mediar obras são ações que participam da disputa sobre quais conhecimentos circularão na sociedade. Por isso, é necessário que pessoas bibliotecárias se reconheçam como agentes capazes de tensionar a lógica hegemônica de produção e circulação do conhecimento, ampliando repertórios, favorecendo a pluralidade epistêmica e promovendo ambientes informacionais mais acolhedores.

No caso das pessoas LGBTQIAPN+, essa atuação torna-se ainda mais urgente diante das violências, silenciamentos e apagamentos discutidos ao longo deste artigo. A presença de acervos voltados às questões de gênero e sexualidade pode favorecer processos de pertencimento, identificação e formação crítica, ao mesmo tempo em que contribui para a sensibilização de pessoas não LGBTQIAPN+ sobre a diversidade e os efeitos da LGBTIfobia. Dessa forma, a biblioteca torna-se não apenas um espaço de acesso à informação, mas também um lugar de encontro, escuta, educação e transformação social.

Portanto, justiça social, função social do conhecimento e desenvolvimento de coleções são dimensões profundamente articuladas. Uma biblioteca comprometida com a justiça social precisa reconhecer que seus acervos expressam escolhas e que essas escolhas podem combater ou reproduzir desigualdades. Ao constituir coleções que valorizem epistemologias, memórias e narrativas de grupos historicamente marginalizados, como a população LGBTQIAPN+, a biblioteca se afirma como espaço de resistência, equidade e reconstrução simbólica. Assim, o desenvolvimento de acervos de gênero e sexualidade não é apenas uma estratégia bibliotecária, mas uma prática de justiça social e de enfrentamento à colonialidade do saber.

Considerações finais

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam a importância de compreendermos o papel das pessoas bibliotecárias na promoção da justiça social, especialmente quando refletimos sobre a formação e o desenvolvimento de coleções voltadas às questões de gênero e sexualidade. Ao longo do texto, buscamos demonstrar que os acervos não são constituídos de maneira neutra, mas resultam de escolhas técnicas, éticas e políticas que podem tanto reproduzir ausências quanto contribuir para a reparação de silenciamentos históricos. Nesse sentido, pensar a presença de obras, memórias e produções LGBTQIAPN+ nas bibliotecas é também pensar sobre quais vidas são reconhecidas, quais narrativas são legitimadas e quais saberes são autorizados a circular nos espaços informacionais.

A criação de acervos voltados às questões de gênero, sexualidade e às vivências da população LGBTQIAPN+ constitui uma estratégia fundamental para recuperar, preservar e valorizar conhecimentos historicamente excluídos das bibliotecas por não se alinharem às normas hegemônicas moldadas pela colonialidade, pela cisheteronormatividade e pelo preconceito. Como discutido a partir do princípio da ausência, há saberes que existem, resistem e produzem sentidos na vida social, mas que foram sistematicamente invisibilizados por não corresponderem aos padrões dominantes de validação do conhecimento. Assim, bibliotecas comprometidas com a diversidade e com a justiça social precisam reconhecer que combater o epistemicídio também passa pela revisão de suas políticas de seleção, aquisição, preservação, mediação e difusão da informação.

A experiência vivenciada na disciplina *Viver, conviver e gerar vida em Plenitude* também nos permitiu compreender, de forma sensível e situada, que a produção do conhecimento não se faz apenas pela racionalidade acadêmica, mas também pelas experiências, pelos corpos, pelas memórias e pelas vulnerabilidades que nos atravessam. Enquanto pessoas LGBTQIAPN+ e bibliotecárias, fomos mobilizados a refletir sobre como a violência, o silenciamento e a exclusão não são temas distantes de nossas trajetórias, mas realidades que atravessam nossas formas de existir e de atuar profissionalmente. Essa dimensão vivida reforçou a compreensão de que discutir acervos de gênero e sexualidade não é uma questão acessória, mas uma urgência ética diante de uma sociedade que ainda transforma corpos dissidentes em alvos de violência e apagamento.

A construção de coleções orientadas às vivências e produções LGBTQIAPN+ tensiona a lógica dominante de legitimação do conhecimento, amplia repertórios, fortalece identidades e contribui para reparar silenciamentos que se acumulam historicamente. Quando uma biblioteca incorpora essas narrativas, ela não apenas amplia seu acervo, mas também afirma que essas vidas importam, que essas histórias merecem ser preservadas e que esses sujeitos têm direito ao pertencimento informacional. Dessa forma, acervos de gênero e sexualidade podem atuar como

dispositivos de resistência, reconhecimento e formação crítica, beneficiando tanto pessoas LGBTQIAPN+ quanto toda a comunidade que acessa esses espaços.

Também é necessário reconhecer que a simples existência de materiais sobre gênero e sexualidade nas bibliotecas não garante, por si só, a transformação das práticas institucionais. Para que esses acervos cumpram uma função social efetiva, é preciso que estejam articulados a políticas de desenvolvimento de coleções, ações de mediação, campanhas educativas, parcerias comunitárias, formação continuada das equipes e práticas de acolhimento. Bibliotecas escolares, públicas, universitárias e comunitárias podem, cada uma a seu modo, contribuir para o enfrentamento da LGBTIfobia, para a democratização do conhecimento e para a construção de espaços mais plurais, inclusivos e socialmente responsáveis.

Dessa forma, defendemos que bibliotecas comprometidas com a diversidade se tornam espaços de resistência, transformação e reconstrução simbólica. Ao valorizar saberes e narrativas historicamente colocados às margens, a Biblioteconomia reafirma sua função social e amplia sua contribuição para a justiça social e epistêmica. Formar acervos de gênero e sexualidade é, portanto, mais do que organizar livros sobre uma temática específica: é disputar sentidos, enfrentar ausências, preservar memórias e construir possibilidades de futuro nas quais pessoas LGBTQIAPN+ possam existir, pertencer e ser reconhecidas em sua dignidade.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. de C.S. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

ANDRADE, D.R.S.; SILVA, F.C.G.; ALVES, A.P.M. O gesto bibliográfico LGBTQIA+ e a construção anti-epistêmica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Anais**. 2023.

ASSUMPCÃO, L.B.A. Trans-formação acesso a informação e inclusão de gênero: elaboração de um plano de negócio para criação de uma biblioteca para atender travestis, transexuais e transgêneros em situação de risco em Belo Horizonte: um relato de experiência. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Anais**. São Paulo: Repositório FEBAB, 2018.

BENEVIDES, B.G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2025.

BLACK, K. Justiça social e Biblioteconomia e Ciência da Informação Antirracista. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, p. 1-14, 2022.

KILOMBA, G. Fanon, existência, ausência: Prefácio. In: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MEHRA, B. Introduction: Social Justice in Library and Information Science & Services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015.

OLIVEIRA, E. de S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 8, n. 01, p. 97-115, 2021.

REIS, T.; CAZAL, S. (orgs). **Manual de Educação LGBTI+**. Curitiba: IBDSEX, 2021.

SANTOS, B. de S. **La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SCHMITZ, A. **Observatório do Grupo Gay da Bahia de 2024 – Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2025.

VENTIMIGLIA, R.; MENEZES, A. B. **LGBTfobia na escola: possibilidades para o enfrentamento da violência**. Curitiba: Appris, 2020.

VERGUEIRO, W. de C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

WEITZEL, S. da R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

Abstract

The article discusses the relationship between social justice and Library Science, analyzing how collection development can contribute to addressing social inequalities in Brazilian libraries. From a critical and decolonial perspective, the text shows that bibliographic collections have historically reflected hegemonic criteria marked by the coloniality of knowledge, resulting in the invisibilization of socially marginalized groups, especially the LGBTQIAPN+ population. The study highlights the ethical and political role of librarians in building representative collections capable of combating epistemicide, strengthening identities, and repairing historical silences. It concludes that collections focused on gender and sexuality reaffirm libraries as spaces of resistance, inclusion, equity, and the promotion of social and epistemic justice.

Keywords: social justice; gender and sexuality; Library Science

Resumen

El artículo discute la relación entre justicia social y Bibliotecología, analizando cómo la formación y el desarrollo de colecciones pueden actuar en el enfrentamiento de las desigualdades sociales en las bibliotecas brasileñas. Desde una perspectiva crítica y decolonial, el texto evidencia que los acervos bibliográficos históricamente reflejan criterios hegemónicos marcados por la colonialidad del saber, lo que resulta en la invisibilización de grupos socialmente marginados, especialmente de la población LGBTQIAPN+. El estudio destaca el papel ético y político de las personas bibliotecarias en la construcción de colecciones representativas, capaces de combatir el epistemicidio, fortalecer identidades y reparar silenciamientos históricos. Se concluye que los acervos orientados al género y la sexualidad reafirman las bibliotecas como espacios de resistencia, inclusión, equidad y promoción de la justicia social y epistémica.

Palabras clave: justicia social; género y sexualidad; Bibliotecología.

